

Vote

DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E SINDICATO DE BASE



COORDENACAO GERAL



Julienne F. Parada - AJ Psicologia - VEPENIA



Rita de Cássia Rodrigues Queiroz - AJ Serviço Social - VEPENIA



Juliana A. dos Santos Vilar - TQJ - 4ª Vara Criminal

DIREÇÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO



Rodrigo Meneses Meireles - TAJ - Conselho Regional de Capital



Rívia Cláudia Soares - aposentada

Dir. de Formação e Org. Política Sindical

Diretor de Assuntos Jurídicos

Dir. de Saúde e Condições de Trabalho

Diretor de Esportes, Arte, Cultura e Lazer

Diretor de Aposentados e Pensionistas



Winter Bastos Guedes Jr. - TAJ - Conselho Regional de Capital



Sérgio Neves Vile Mainer - AJ 6ª Vara de Ordem e Silêncio



Marcia Valéria V. Guimarães - AJ Psicologia Juizado de Violência Doméstica - Ribeirão



Renato Luis Ferreira Guimarães - TQJ - II Juizado de Violência Doméstica - Capital



Graziela Maria N. Salvador - Aposentada

DIRETORES REGIONAIS

Dir. Regional Norte Fluminense

Dir. Regional Norte Fluminense

Dir. Regional Região Serrana

Dir. Regional Leste Fluminense

Dir. Regional Litoral Fluminense



Sérgio Ricardo Oliveira de Silva - AJ - Vara Div. da Carapetua - Duas Barras



Paulo do Espírito Santo - AJ - 7ª Vara Civil de Volta Redonda



Maria Dalva C. Rocha - aposentada



Leonardo Gustavo S.F. de Freitas - TAJ - NADAC 3 - Gargaló - Regional Abitua



Rosirene Soares da Silva - Aposentada

SUPLENTE



Serson Medeiros - AJ - Juizado Adjunto Criminal e de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - Paraíba do Sul



Antonio Carlos Machado Calvet - AJ - Especialista em Cumprimento de Mandados (OAB) - Búzios



Ronaldo Borges Martins - Aposentado



Wagner de Freitas Cordeiro - AJ - 11ª Vara Criminal



Lindomar Expedito S. Barros - AJ - Especialização em Psicologia - VLIJ - São Gergaló



Tatliane Bruna de S. Rocha - AJ - 16ª Vara Civil de Capital



Maria do Carmo Sampaio - TAJ - 20ª Vara Civil de Capital



Ana Beatriz Cintra Mansour - TAJ - 1ª Vara Civil de Capital



Pedro Jélio Cesteiras A. de Alcântara - TAJ - 42ª Vara Criminal de Capital



Alexandre Pereira da Silva - TAJ - Conselho Regional de Capital



Caro Colega Servidor,

Pedimos vênia para propor um diálogo com você, o maior interessado em que as relações de trabalho sejam adequadas à realidade dos nossos dias, em um ambiente saudável e apropriado para o desenvolvimento de suas atividades e efetivamente compensatórias.

Este é um convite para que você tome assento à mesa para um debate sério sobre as atuais condições de trabalho e o futuro que já desponta no horizonte. Somos todos Servidores, e nada mais justo que, conjuntamente, passemos a discutir de modo mais humano e acessível o que vai impactar sua vida e a vida de sua família nos próximos anos. O SindJustiça é de todos e nada mais justo que o próprio servidor tome partido nas decisões dessa instituição frente à Administração Pública, deixando para trás estes tempos antidemocráticos, em que decisões centralizadas vêm prejudicando e expuseram as carreiras de servidores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro ao perigo de extinção.

É inconcebível que ainda hoje decisões de suma importância para a classe de trabalhadores deste Tribunal sejam invariavelmente centralizadas e estejam concentradas nas mãos de uma única pessoa, que não demonstra qualquer interesse em conhecer a realidade do Servidor de perto, e que sempre embarçou qualquer possibilidade de decisão da própria categoria em assembleias, como determina o estatuto do SindJustiça-RJ.

Amigo, o maior interessado é você e ninguém, absolutamente ninguém, pode se julgar pleno conhecedor de suas demandas e urgências e pressupor estar apto a decidir por você, sem prévia consulta e ampla conversa, o que julga ser supostamente bom para você e sua família. Ninguém pode fazer alterações verdadeiramente eficientes numa mesa de trabalho sem consultar previamente quem trabalha à mesa, e sem conhecer a desdobração, os desdobramentos e as complexidades de suas atividades. Ora, se para uma mu-

dança simples numa mesa é necessário tal cuidado, por que pensar diferente quando se trata do seu futuro como cidadão e trabalhador deste Tribunal?

Nobre colega, a mudança e valorização que o Servidor anseia não podem ser construídas por uma cabeça individualista, julgando saber o que é melhor para os demais. Não cabe a uma única pessoa conjecturar o que é certo e adequado para milhares de servidores, ativos e aposentados, impondo verticalmente ideias propagandeadas como soluções fabulosas, duvidando da inteligência do próprio Servidor que sabe bem que está sendo ludibriado com eternas expectativas e promessas intangíveis. Transparência se mostra com decisões tomadas em conjunto com a categoria, e não com infinitos monólogos em textos cansativos e repetitivos para justificar perdas e prejuízos acumulados há anos pela categoria por decisões equivocadas sem qualquer consulta aos Serventuários

Conscientes de que você, caro amigo, é o protagonista e o maior interessado dessa história, a Chapa 2 o convida para um diálogo franco, desprovido de prejulgamentos criados tão somente para fugir ao debate que mais interessa nesse momento. De uma coisa você pode ter certeza, Servidor, jamais iremos tratá-lo como alguém sugestível. O que queremos é tratar os fatos como eles são, com honestidade e a verdade, nua e crua. A categoria é suficientemente inteligente para perceber manipulações, exageros e romantizações. Não temos o menor interesse em tentar ludibriar você e nem perderemos tempo com isso. Por isso o convite para refletirmos juntos, como Servidores, de forma mais humana, frente a frente, olho no olho, sem superioridade de qualquer dos lados.

A partir de agora vamos trazer até você o que nós da Chapa 2, Servidores como você, pensamos e estaremos prontos a ouvi-lo, afinal, o objetivo da nossa proposta é que você seja o principal beneficiado. Aqui não há espaço para promoções, propagandas e interesses pessoais. Então, podemos conversar?



<https://www.facebook.com/democracia.transparencia.e.sindicato.de.base?mibextid=ZbWKwL>

NOSSOS APOIADORES:

Álvaro Eduardo G. Salgado - CPMA Niterói
Amanda Costa 9a Cível Capital
Ana Lucia Alcântara - Assistente Social/VJI Nova Iguaçu
Caio César Wollmann Schaffer - Assistente Social - ETIC
Serviço Social polo Macaé
Caroline Abreu - Assistente Social/VJI Petrópolis
Claudia Ferreira - Central de
Fábio Campos - 1ª Vara de S. Pedro D'Aldeia
Laura do Amor IV tribunal do juri
Luciene Viana - Assistente Social/VJI São Gonçalo
Karla Botelho - 2a vara cível SJM
Orleide Monteiro - IIJEC Nilópolis
Partilhas Judiciais - Capital
Edma M. Castro - OJA Niterói
Humberto Vandelli - A.J. - V.Única de Paty do Alferes
Mária Teresa Guzzo Lia - AJ Capital
Márcia Barroso - VJI Niterói
Priscila Rodrigues - Volta Redonda

Rita de Cássia Carnetá - Assist Social/VJI Niterói
Robson Custódio Mendes - OJA - Bangu
Soyanni Silva Alves - AS São Gonçalo Solange Maria de
Souza - VJI Nova Iguaçu
Vanessa Rêgo Menezes - AJ
Verônica Barbosa Nicacio TAJ- Cabo Frio
Wilson Siqueira - 11 VOS - Capital

Aposentados:

Alice Vilma
Amarildo Silva
Ana Luiza V Barbosa de Jesus
Carlos Frederico Palma Barcelos
Damiana de Oliveira
Denize Rodrigues Carneiro
Dulcinéa Breder
Edilaine Moulin Pereira - Psicóloga ETIC Caxias
Elizabeth Craveiro Rodrigues

Elmo Luiz P da Costa Fº
Helena Alegre da Silva
Jorge Omir Robeiro da Silva
Magda Ritter Bogado
Maria Cristina O Dallia Tomás
Marise A Vailante
Maria de Lourdes Claussen Ferreira
Marta Maria Barçante Pires
Marta Sousa Barcelos
Sandra Oliveira de Mattos
Sílvia Dabdab Calache Distler
Vanda Evaristo da Silva

Apoiadores externos:

André Ferraz - diretor do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado do Rio de Janeiro
Luis Milito - diretor do Sindjesp
Marinaldo Santos - diretor Sindpsi

DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E SINDICATO DE BASE

CHAPA 2:

1 - Sindicato é entidade representativa dos interesses de um coletivo de trabalhadores e, como tal, necessita da ampla participação dos seus membros na definição de seus objetivos e tomada de decisões.

2 - O SINDJUSTIÇA foi durante a maior parte da sua existência, desde a sua fundação, uma construção coletiva. Em seus 34 anos de história, mais que representar os servidores do Judiciário do Estado do RJ, reconstruiu o perfil da categoria através do incentivo à participação coletiva, que tanto nos trouxe conquistas salariais, quanto respeito e dignidade.

3 - Em momento de drástica transformação do mundo do trabalho, com graves consequências para toda classe trabalhadora, com perdas de direitos duramente conquistados, é de extrema importância a participação ativa e efetiva dos serventuários nas instâncias de deliberação do SINDJUSTIÇA, com a volta do Colégio de Delegados e das Assembleias Gerais, mantidas as Assembleias Regionais.

4 - Pela primeira vez na história da Entidade, nos foi imposto um Plano de Cargos e Salários sem nenhum debate e sem a participação da categoria na sua elaboração.

5 - Entre as "novidades" trazidas pelo mencionado Plano de Cargos está a extinção de mais de 2.205 cargos efetivos, com a previsão de serem extintos outros 2.100 cargos nos próximos anos, trazendo ao menos duas graves consequências: uma, o agravamento das condições de trabalho com a falta de pessoal nas serventias e, outra, a redução do número de contribuintes à previdência pública, com reflexos no futuro das nossas (de ativos e inativos) aposentadorias.

6 - Outra questão que chama a atenção no mesmo PCS é o aviltamento às aposentadorias com paridade, com a criação da letra D, um novo patamar na carreira, sem o necessário reenquadramento daqueles que se aposentaram no que antes era o topo da mesma carreira.

7 - É muito importante que os aposentados da categoria estejam atentos ao seu futuro. Hoje nos encontramos em posição relativamente confortável, como nossos pagamentos em dia e com as perspectivas de Auxílio Medicamento e do Adicional de Qualificação, além dos últimos reajustes. Em perspectiva, contudo, a questão previdenciária preocupa muito, tendo em vista a redução crescente do número de contribuições, bem como a grave situação financeira do RIOPREVIDENCIA. Se a nossa perspectiva de vida aumenta, a garantia de que iremos continuar a receber em dia proventos e pensões diminui drasticamente com a redução de pessoal, a terceirização e a herança maldita da Operação Delaware. Neste ponto, importa destacar que as pensões deixadas pelos serventuários da Justiça do estado do RJ são pagas diretamente pelo RIOPREVIDENCIA e, se hoje, os proventos das nossas aposentadorias são pagos pelo TJRJ mediante repasse do órgão previdenciário, nada obriga o TJRJ a continuar pagando os seus servidores inativos, pois a obrigação legal é do RIOPREVIDENCIA. Portanto, se amanhã não convir ao TJRJ a manutenção do pagamento dos aposentados, ficaremos todos sujeitos ao RIOPREVIDENCIA.

8 - Para os servidores ativos, além da preocupação com o futuro da previdência pública, o momento presente traz outras graves questões, como a redução de pessoal, a cobrança desmedida de produtividade, implicando em grave assédio moral, acarretando o adoecimento dos que trabalham cada vez mais, em condições cada vez mais adversas.

9 - Está claro que a ênfase da Administração do TJRJ é a informatização dos serviços, planejando a aquisição de 10.000 computadores com Inteligência Artificial e a quase completa terceirização do quadro de pessoal, com estagiários substituindo o Técnico Judiciário e a escandalosa criação de 1.064 vagas de residentes judiciário, limitando os servidores efetivos à atividade fim, o que sugere uma enorme limitação de pessoal efetivo, restrito aos gabinetes de magistrados. ISTO É O FIM DA NOSSA CATEGORIA, AUMENTA A NOSSA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA, SEM GARANTIR UMA MELHOR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PARA A POPULAÇÃO.

10 - Por tudo isto, a Chapa 2 se apresenta com ânimo de resgatar a participação de todos no necessário debate dos nossos destinos, devolvendo o SINDJUSTIÇA à sua categoria de forma democrática, séria e fraterna. CONTAMOS COM O SEU VOTO!

Em defesa do serviço público (contra a privatização da Previdência Social e de nossa força de trabalho) e por um sindicato de base, democrático e de luta, independente dos governos e poderes constituídos.

As modificações no mundo do trabalho e o avanço das tecnologias, apropriadas pelos donos dos principais meios de produção, são utilizados para aumentar o desemprego, a precarização do trabalho e a superexploração do trabalhador, na busca por maximizar os lucros. Essa ideia mercadológica de produtividade foi sendo trazida para o serviço público, sendo materializada a partir das várias reformas que vêm ocorrendo com emendas à Constituição da República de 1988. Desde Collor e FHC, passando por Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, continuando com o atual governo, todas as gestões fizeram reformas que prejudicaram os servidores. Com as contínuas reformas (previdenciária, trabalhista, administrativas, fiscal e tributária), o desemprego e a desigualdade social só aumentam, enquanto as autoridades econômicas nos convidam a aguardar o bolo crescer para depois dividir. O bolo cresce, vai para a pança dos banqueiros e empresários, e o trabalhador fica ao deus-dará.

Tanto o Teto de Gastos de Temer quanto o Arcabouço Fiscal de Lula cumprem o papel de limitar os gastos públicos através do Superávit Primário. Assim, enquanto cerca de metade do PIB (soma de tudo que é produzido no país) é destinado ao pagamento da dívida pública, que nunca foi auditada, os governos, com a ajuda dos tribunais, vão economizando com os serviços públicos, diminuindo servidores e aumentando terceirizados, sucateando serviços como saúde, educação etc.

Frente a esse quadro, propomos lutar:

1 - Pela revogação das Reformas Previdenciárias (I, II e III) e da Reforma Trabalhista de 2017, assim como do Novo Arcabouço Fiscal, que cria um novo "teto de gastos" e, na prática, colabora para a extinção do serviço público.

2 - Por uma campanha em que o sindicato participe com outras entidades sindicais, centrais sindicais e entidades do movimento popular pela auditoria da dívida pública.

3 - Pela revogação imediata da Reforma Administrativa do TJ feita no Plano de Cargos e Salários de 2022, que diminuiu o quadro de servidores, em pelo menos dois mil e duzentos funcionários!

No Rio de Janeiro, além da limitação imposta pelo Teto de Gastos e pelo Novo Arcabouço Fiscal, e antes pela Lei de Responsabilidade Fiscal, há ainda o nefasto Regime de Recuperação Fiscal, que fez o servidor do estado do RJ amargar 7 anos de congelamento salarial (2014 a 2021).

O RRF representa um adiamento da reforma administrativa, na medida em que impede concursos públicos, aumento salarial etc.

Mais um golpe que sofremos foi o aumento do desconto previdenciário dos servidores do estado do RJ de 11% para 14%. O pior é que, se não houver renovação do quadro de servidores estatutários (por falta de concurso público), há a possibilidade de aumento do desconto até 22%.

Frente a esse quadro, propomos lutar:

1 - Pela recuperação de todas as perdas salariais dos trabalhadores do TJ de 2014 a 2017 e de 2022 e 2023.

2 - Pelo respeito à data-base (hoje continuamente descumprida!).

3 - Pela participação do SINDJUSTIÇA em organismos e fóruns de luta dos trabalhadores públicos estaduais, assim como em atos, para juntos lutarmos pela revogação do Regime de Recuperação Fiscal.

Por que as aposentadorias estão ameaçadas?

É temerária a situação de quem que passou a vida trabalhando e contribuindo para se aposentar. Já

aposentados, não deveriam continuar sofrendo desconto. Mas, desde 1993, são descontados em 14% para o instituto de previdência, com a possibilidade de aumento para 22%.

Já temos a previdência complementar, ou seja, servidores empossados após 2013 descontam para a previdência apenas sobre o teto do INSS. O restante é previdência complementar, prejudicando ainda mais a situação atuarial. Sendo superado o número de ativos, os aposentados podem ter seus proventos reduzidos a ponto de lhes faltar o básico.

Tudo leva a crer que caminhamos para a privatização da previdência. Mais uma vez ganham os bancos com seus fundos de pensão nada seguros. E o servidor público corre o risco de ficar descoberto após anos de trabalho.

Frente a esse quadro, propomos lutar:

1 - Pelo fim da contribuição previdenciária para os aposentados.

2 - Pela revogação da majoração da contribuição previdenciária dos ativos para 14%.

Por que pioram as condições de trabalho dos servidores do TJRJ?

Há hoje imensos problemas para a qualidade de vida dos trabalhadores do TJRJ, pois os avanços das tecnologias da informação são usados pela Administração do Tribunal com a opressiva ideia de fazer "mais com menos" (menos servidores e mais horas trabalhadas). Conhecemos a pressão para cumprimento de metas de produtividade, por vezes absurdas como no caso de assistentes sociais e psicólogos. Aumenta-se o assédio moral e o adoecimento, e impede-se o gozo da licença-prêmio.

Nossas condições de trabalho vêm se deteriorando com a diminuição de servidores da ativa. Afinal, temos cada vez menos concursos. E cargos vagos são extintos aos milhares. Deveríamos estar trabalhando com uma carga horária menor e dando espaço a mais trabalhadores estáveis.

Frente a esse quadro, propomos lutar:

1 - Por um chamado amplo dos concursados aprovados no último concurso de 2021.

2 - Pelo serviço público e contra a contratação do "Residente Jurídico", que significa uma privatização da força de trabalho e um ataque ao concurso público.

3 - Pelo apoio à luta de todo setor precarizado no TJ (estagiários, terceirizados, pessoa da limpeza, vigilantes...).

4 - Pela volta dos cargos singulares.

5 - Pelo auxílio de qualificação já.

6 - Pela volta do direito da licença-prêmio, que virou letra morta. Uma medida para combater o adoecimento profissional!

7 - Pelo fim do PJE.

8 - Que a IA seja utilizada como instrumento de pesquisa e não para produção de decisões, despachos etc. Contra o uso da Inteligência Artificial para substituir a mão de obra pública! É, diante do avanço tecnológico colocado, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

9 - Contra o assédio sexual, misoginia, homofobia e racismo, práticas constantes dentro do TJ.

Qual a concepção de sindicato e de democracia que devem existir dentro do SINDJUSTIÇA e para que serve o sindicato?

O sindicato é um organismo coletivo e não pode ser resumido a uma pessoa, como se existisse um iluminado que se coloca acima do bem e do mal e tudo sabe. Não é de se estranhar que a gestão que se

encerra no SINDJUSTIÇA teve vários cargos da categoria que terminaram vagos, sem os diretores que foram eleitos. É fundamental termos o máximo de democracia na condução do SINDJUSTIÇA. É fundamental assembleias locais que sejam de fatos assembleias e não consultas. É necessário que o sindicato monte subdesdes próprias nas principais regiões do RJ, para fortalecer a luta no estado todo. Precisamos também do retorno da assembleia geral em situações como deflagração de greve, discussão sobre contas e patrimônio. É de congressos que não discutam somente administração do sindicato, mas também seu plano de lutas para a ocasião, com a abertura para a categoria apresentar suas propostas. E as mesas devem ser eleitas proporcionalmente na abertura dos congressos e assembleias. A atuação da coordenação sindical nas redes sociais também deve também ser democrática, ouvindo mais que falando e tratando com urbanidade todos os membros da categoria. E a atuação na internet não deve substituir o permanente trabalho de base. As reuniões de delegados têm que ser deliberativas, precedidas de reuniões nos locais de trabalho, o delegado deve levar para entidade a posição que venceu na assembleia local e se necessário for até eleger um delegado só para representar uma posição da base na reunião. O delegado não pode ser um representante da coordenação na base, assim como a coordenação sindical não pode ser um representante da administração do TJ dentro da entidade, como tem sido, como vimos no PCS de 2022, quando o sindicato deu a anuência à Reforma Administrativa do Tribunal e a redução de mais de dois mil servidores.

Frente a esse quadro, propomos lutar:

1 - Por um sindicato independente da Administração do TJ, dos tribunais e dos governos, para que possa ter uma linha política autônoma definida e defendida pela base da categoria de forma transparente e democrática em assembleias, conselho de delegados e congressos.

2 - Por uma diretoria com uma forma de ação colegiada, a partir das decisões das assembleias, conselhos de delegados e congressos, direcionando todo tempo de trabalho e todo patrimônio do sindicato para organização e luta da base da categoria.

3 - Por um sindicato que promova atividades de debate e conscientização política, aprendendo e ensinando, inclusive, com outras experiências de luta da classe trabalhadora.

4 - Por um sindicato que promova a socialização da categoria com atividade de lazer e cultura, fortalecendo a união das bases.

5 - Por uma diretoria que reflita a pluralidade de pensamentos políticos da categoria, desde que dentro da visão classista de independência, autonomia, democracia, transparência e responsabilidade com o patrimônio.

6 - Pela abolição de qualquer privilégio a dirigente sindical. Quando houver necessidade de ajuda de custo, que seja de forma transparente e com ampla abertura à fiscalização pela categoria para se evitar Auxílio Moradia inadequado e outras aberrações hoje existentes.

7 - Pela prioridade sindical no trabalho de base e na organização político-sindical da categoria.

8 - Pela democratização das redes sociais em que o sindicato intervém.

9 - Por um sindicato que organize a luta de mulheres, negros, descendentes de indígenas, LGBTQIA+.

10 - Combate ao assédio sexual, misoginia, homofobia e racismo, práticas inadmissíveis dentro do SINDJUSTIÇA.